

**A DIMINUIÇÃO DO USO/VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: OBSTÁCULOS
E PERSPECTIVAS PARA FORMAÇÃO DA CIDADANIA E PARA
APREENSÃO/APROPRIAÇÃO PLENA DA CIDADE**

**RAFAEL LUIZ ALBUQUERQUE VIEIRA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - CAMPUS – V.
LICENCIANDO EM GEOGRAFIA/BOLSISTA DO PIBIC
E-MAIL: R.VIEIRA19@HOTMAIL.COM**

A DIMINUIÇÃO DO USO/VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS PARA FORMAÇÃO DA CIDADANIA E PARA APREENSÃO/APROPRIAÇÃO PLENA DA CIDADE

Rafael Luiz Albuquerque Vieira
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus – V.
licenciando em geografia/bolsista do Pibic
E-mail: r.vieira19@hotmail.com

RESUMO

Propõe-se, no presente trabalho, uma reflexão acerca do espaço público como fonte de formação da cidadania e da apreensão/apropriação plena da cidade. A pesquisa em questão é fruto do projeto de Iniciação Científica, e está em andamento. A abordagem teórica faz uma reflexão do processo do uso e da apropriação do espaço público como fator de sociabilidade, cidadania e formação política. Junto a isso, também há um entendimento sobre a cidade e seus impasses no que diz respeito a sua apropriação plena. Assim, o referido projeto tem como objetivo analisar como a diminuição do uso e da vivência nos espaços públicos pelos cidadãos cria obstáculos para a formação da cidadania e também para a apreensão e a apropriação plena da cidade. A metodologia utilizada vai desde o levantamento bibliográfico, leituras, fichamentos até a pesquisa de campo. Destacamos que, com o andamento das etapas da Iniciação Científica, serão aplicados questionários e realizadas entrevistas com a população local de diferentes segmentos das cidades de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Como resultado busca-se obter discussões quanto ao papel do espaço público na apropriação plena da cidade. E por meio do levantamento teórico e do trabalho de campo pretendemos apresentar discussões e perspectivas que envolvam o melhor uso dos espaços públicos nesses respectivos lugares.

Palavras-chave: Cidade. Espaço Público. Apropriação Espacial. Cidadania.

INTRODUÇÃO

O espaço público é visto como local de apropriação e pertencimento a todos. Tal categoria se caracteriza pela troca, convívio e sociabilidade, sendo a base das relações sociais e da cidadania. Sendo assim, é determinante na formação e no exercício da cidadania. A temática central que domina as discussões, atualmente, refere-se às indagações sobre a diminuição do uso de espaços públicos devido a uma gama de condicionantes. A partir da segunda metade do século XX, com a ascensão da política neoliberal, ocorreu uma série de transformações comportamentais e socioeconômicas, refletindo nos desenhos urbanísticos das cidades, e diretamente nos espaços públicos, no tocante à apropriação e ao uso desses lugares, bem como em relação aos novos padrões de costume, direcionados, agora, com maior vigor, pelo viés capitalista, consumista e privativo.

Desde seu surgimento, na Grécia, a Ágora se apresentou como sendo espaço público de máxima expressão da cultura, da política e da vida social dos gregos. Nesse momento, o espaço de caráter cívico, símbolo da democracia grega, era de potencial uso dos populares que se encontravam para práticas sociais e políticas, que por meio de ações e discursos exerciam a cidadania.

O espaço público, por muito tempo, foi local de grandes encontros para os movimentos sociais e revolucionários, onde os discursos relacionados aos direitos à liberdade, impregnados nestes movimentos, se confundem com a própria noção do espaço público, seu uso e apropriação de forma coletiva. Porém, essa função de espaço de socialização e de reivindicações vem se perdendo concomitante ao crescimento do setor privado e ao enfraquecimento do Estado-Nação.

Contudo, um grande entrave para a convivência em harmonia no espaço público é a falta de esclarecimento/conhecimento sobre o que ele representa para cada indivíduo e para o coletivo. Pois, se acreditamos e defendemos a vivência em comunidade, devemos entender o espaço público e a sua influência nos valores contidos na cidadania, a fim de percebê-los e exercê-los da melhor forma possível.

Portanto, para melhor entendimento sobre a diminuição do uso/vivência dos espaços públicos, direcionamos os estudos da presente pesquisa de Iniciação Científica para determinados espaços das cidades: Santo Antônio Jesus/BA (Praça da Bandeira); Cruz das Almas/BA (Praça Ramiro Eloy Passos).

Imagem 1: Praça Ramiro Eloy



Fonte: Google Imagens

Imagem 2: Praça da Bandeira



Fonte: Google Imagens

Direcionamos a pesquisa a tais espaços por perceber que Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, como outras cidades que passaram e passam por um processo acelerado de urbanização, vem alterando as dinâmicas de uso dos espaços públicos. Assim, visando desenvolver a argumentação sobre as formas, os sentidos e as funções de parcelas do espaço urbano para a formulação de uma noção de espaço público e de formação cidadã nesses respectivos lugares. No sentido de entender as transformações que alteram o uso pleno por parte dos cidadãos nos espaços públicos e, conseqüentemente, da cidade:

O cidadão não se apropria integralmente da cidade, ou seja, as práticas sócio-espaciais são sempre limitadas por trajetos e usos geralmente rotineiros, por locais possíveis de serem apropriados pelo corpo e pelos seus sentidos, sendo que essa apropriação propriamente dita, geralmente acontece em determinadas parcelas da cidade e não em sua totalidade (CARLOS, 2001, apud LOBODA, 2009, p.44).

Nesse sentido, a pesquisa de Iniciação Científica, que ainda se encontra em andamento, é uma iniciativa de entender esses processos na cidade de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, que contam com uma população de 90.085 habitantes e 63.299 habitantes, respectivamente, segundo o IBGE (2010). Assim, buscaremos entrevistar e aplicar questionários a uma parcela da população desses lugares, principalmente nas proximidades das praças selecionadas para nossa pesquisa. Destacamos

que tais praças foram selecionadas porque tiveram suas dinâmicas de uso modificadas, sobretudo em razão da inserção do comércio e outros serviços. Assim, portanto, refletindo sobre a percepção das pessoas envolvidas para/com esse processo, e perceber quais fatores interferem na apropriação plena destes lugares e, sobretudo, da cidade:

[...] o pleno uso da cidade e o exercício do direito de circular por ela requerem dos cidadãos uma determinada formação, uma formação (escolar e extra-escolar) que lhes dê os instrumentos necessários à leitura dessa cidade. A falta dessa formação para todos, decorrente das grandes desigualdades existentes nas cidades brasileiras, acentua-lhes o caráter segregador [...] os mais pobres, os que moram nas periferias (que são os que menos sabem ler a cidade (CAVALCANTI, 2008, p.96/97).

O projeto da Praça Ramiro Eloy Passos resgata as diferentes formas de apropriação espacial e nos fez perceber se as relações ali desenvolvidas vão além do uso/aceso físico e, conseqüentemente, discutir questões como: acessibilidade, reprodução de ideias e de identidade. Relevante a essa transformação do espaço está também a discussão conceitual sobre lugar e não-lugar, em que podemos entender:

O “não lugar” como uma ausência de lugar, principalmente quando existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe. Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. (AUGÉ, 1994, p.270)

Outro aspecto estimulante para a realização desta pesquisa foram as manifestações de rua que vieram à tona no ano de 2013. Na busca da expressividade e de caráter indignatório, Santo Antônio de Jesus, como muitas cidades do país, pode ter parte de sua população reunida nas ruas e outros espaços públicos, a fim de objetivar as suas reivindicações. No tocante, pode-se observar que a Praça Dr. Renato Machado vem sendo privatizada pelos serviços particulares do comércio existente a sua volta. Este local foi alvo de reuniões e outras formas de expressão da coletividade, possibilitando assim o resgate histórico do espaço quanto ao sentido do debate político e da socialização ideológica. Vieira (2001) afirma que um espaço público democrático é aquele que garante que os influxos democratizantes gerados na sociedade civil se tornem fontes de democratização do poder.

As mudanças na cultura política trazidas pelo incremento do associativismo indicam a possibilidade de superação das formas tradicionais de clientelismo, populismo e corporativismo presentes na história política da América Latina. Esta nova cultura associativa certamente contribuirá de forma significativa para a construção de uma estrutura

institucional mais democrática, posto que ancorada na sociedade civil e não nas elites que tradicionalmente controlam a sociedade política.

Junto a isso tem a importância da ciência geográfica em estudar a formação cidadã em distintas configurações espaciais, principalmente onde começou o entendimento de cidadania, ou seja, nos espaços públicos. A Geografia, enquanto ciência social, tem por desafio a compreensão dessa problemática em sua perspectiva sócio-espacial, abstraindo da realidade empírica os processos sócio-espaciais que determinam e são determinados por essa dinâmica (LOBODA, 2009, p.33). Na concepção de alguns autores, a Geografia pouco tem se ocupado da discussão do espaço público urbano (LOBODA apud SERPA, 2004 e GOMES, 2002).

O trabalho se justifica quando se propõe à análise do processo de construção ou não da cidadania a partir do uso e/ou desuso do espaço público da cidade. Dessa forma, evidenciando tal processo e contribuindo para o entendimento dos possíveis condicionantes que provocam a diminuição da vivência dos espaços públicos e suas consequências para a sociedade atual. Entendendo que tal questão pode se posicionar de forma crítica e propor mudanças, a fim de que se melhorem tais relações, visto que o conceito de cidadania, que tem base territorial e está ligada à cidade/espaços públicos, não resiste à privação e não uso do espaço público.

A cidade de Santo Antônio de Jesus, que tem sua economia baseada no setor de comércio e serviços, possui como características atuais a invasão de serviços privados nos espaços públicos, que dão subsídios ao comércio e a circulação dos envolvidos. O exemplo da Praça da Bandeira, que dá suporte a biblioteca municipal, e atualmente, também, ao serviço de transporte, que ultimamente vem gerando entraves por conta do barulho aos estudantes que estão na biblioteca, um ambiente que necessita de silêncio para leitura e aprendizado.

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como a diminuição do uso e da vivência nos espaços públicos pelos cidadãos cria obstáculos e perspectivas para a formação da cidadania e também para apreensão e apropriação plena da cidade. Nesse sentido, em primeira mão, faremos uma busca pelos olhares e percepções sobre o espaço público, a fim

de, na conclusão da pesquisa, refletir sobre a possibilidade de uma relação mais apropriativa e educativa entre o indivíduo e a cidade/espço público.

A pesquisa está sendo realizada através do método de abordagem biográfico e estudo de campo. Tal abordagem consiste na análise, leitura e interpretação do objeto de estudo por intermédio de fichamentos e anotações de livros, artigos encontrados em meios eletrônicos, documentos xerografados, entre outros. Além disso, contarei com o suporte teórico de estudiosos como: Serpa (2007), Lobada (2008), Carlos (2005), Lefebvre (1991), entre outros. Os instrumentos de investigação, levando em conta o andamento das etapas da iniciação científica, será feito por meios de questionários e realização de entrevistas com a população local usuária da Praça da Bandeira em Santo Antônio de Jesus, bem como aos frequentadores da Praça Ramiro Eloy Passos, em Cruz das Almas.

A CIDADE E A APROPRIAÇÃO CIDADÃ

A análise da cidade em nosso atual contexto volta-se para a concentração da população, produção, serviços, trabalhos e mercadorias, o que por muito resume seu entendimento a natureza da produção do capital. Dessa forma, se tem uma restrição da sua dimensão real, pois além da compressão de cidade como lócus de produção, é necessário entendê-la a partir das suas complexidades sociais:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, da sua vida técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizado por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória (CARLOS, 1992, p 26).

Nesse sentido, também faz necessária uma reflexão histórica da formação e da transformação da cidade, pois esta é resultante das variações tempo/espço o que a faz produto da história, e, paralelamente, metamorfose social constante. Pode se considerar que a cidade nunca está definida ou acabada, ou seja, sua paisagem é sempre modificada pela constatação e produção espacial humana. E, nesse sentido, é que as novas formas espaciais se configuram e se adaptam às produções espaciais urbanas. O que implica certos padrões de convivência, costumes, culturas, bairros particulares, ambos caracterizados, principalmente, pela individualidade do cidadão e pela fragmentação do indivíduo coletivo.

A cidade, enquanto realização humana, é um fazer se intenso, interrupto. No Brasil, este “fazer-se” aniquila o que já produzido a fim de criar mais e, infinitamente, forma novas. Isso nos leva a associar a ideia da cidade com as imagens do inacabado. Em última análise, pode-se dizer que as metamorfoses da cidade produzem as imagens de ruínas e devastações modernas. Por isso, muitos falam da cidade associando-a à ideia de caos. Trata-se, no entanto, de analisar a cidade associando-se “por dentro”, isto é, refletir sobre sua natureza. Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico, que tem na base o processo de constituição do homem (CARLOS, 1992, p. 67).

A discussão pertinente do conceito de cidade está em entendê-la como um lugar de acontecimentos, de realização e concretização da vida, que possibilita a construção das condições sociais de existência e também construção de cidadania, pois, para o entendimento pleno do espaço público e formação de cidadania, é necessário contextualizar a cidade e entendê-la como fator preponderante nesse processo de formação e/ou ampliação cidadã, onde se perpassa e se constrói as relações sócio-espaciais. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura, é uma fonte inesgotável de inspiração para atores e encenadores que buscam novas formas de composição e novos espaços para abrigar suas criações. (CARLOS, 2005 apud BRITO, 2011, p. 34).

Nesse sentido, que a pesquisa de iniciação científica pretende discutir como vem ocorrendo a substituição do espaço público pelo espaço privado nas cidades de Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas, listando de que maneira se dão as relações socioculturais desenvolvidas no espaço público, além de apresentar o espaço público como formador e construtor do conceito geral de cidadania.

A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada. A metamorfose dessa liberdade teórica em direito positivo depende de condições concretas, como natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade estabelecida e o grau de pugnacidade que vem da consciência possível dentro da sociedade civil em movimento. É por isso que desse ponto de vista a situação do indivíduo não é imutável, mas está sujeita a retrocessos e avanços. Os homens, pela sua própria essência buscam a liberdade (SANTOS, 1987, p.8).

Junto a isso, se tem um amplo debate acerca do modelo urbano no qual os cidadãos estão inseridos, e como este implica nas noções e exercício de cidadania, seja em sua

realização plena ou parcial, pois para a organização dos espaços políticos no contexto das cidades são agregados fatores do modelo urbano atual, que, por muito, se resume à lógica de consumo de bens e serviços e de privatização do espaço público.

CONSIDERAÇÕES

Para refletir sobre as transformações e (re)significações dos espaços públicos, atualmente, deve-se utilizar de estudos e processo históricos, de modo que este dê subsídio ao entendimento de tais questões, fazendo o diálogo entre os determinados contextos da história e as mudanças de hábitos e costumes que dizem respeito ao uso e transformações nos espaços públicos.

Os estudos nessa perspectiva de análise do espaço públicos, não dever ser limitado somente as ciências geográficas, mas também de outras ciências afins, principalmente as sociais e políticas, que desenvolvem vários estudos sobre o processo de produção do espaço urbano e abordam fatos, dinâmicas e processos que interessam ao tema aqui tratado, como os referentes à privatização, fragmentação, segregação sócio-espacial, exclusão social, movimentos sociais urbanos, conjuntos poli-funcionais, etc. O entendimento científico sobre a dimensão da cidade se faz necessário, pois em sua complexidade social é percebido contradições no uso/apropriação dos habitantes, assim também como a capacidade de reivindicação dos cidadãos, a associação coletiva e a liberdade individual, valores estes que são imprescindíveis na vivência dos habitantes das cidades e que estão sendo posto de lado por um novo sistema elitista, individualista, fragmentário e consumista.

Como afirma Alves (2014): é possível apenas encarar a construção do ambiente urbano, sobre as novas bases da atual sociedade, por meio de espaços urbanos políticos e sociais, espaços coletivos transfuncionais pautados na noção de domínio, que possam a almejar e potencializar o exercício da cidadania – não enquanto mais um rótulo de um produto, mas simplesmente como qualidade ou estado do cidadão no exercício de seus direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.

REFERÊNCIAS:

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia Escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida cotidiano urbana cotidiana**. São Paulo: Parirus editora, 2008.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da População de SAJ E Cruz das Almas/BA**. Censo Demográfico 2010. Disponível: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=290730&search=bahia|castro-alves|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em: 26 Set. 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LOBODA. **Práticas Socioespaciais e Espaços Públicos em Guarapuava – PR**. Paraná: Editora Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 2ª Edição. São Paulo, Nobel, 1993.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização – 8ª ed.** – Rio de Janeiro: Record, 2005